



FOTO CICERO RODRIGUES

Humanos são cooperativos, mas não altruístas; também são competitivos, mas não exclusivamente, e muito sensíveis a ações egoístas por parte dos outros indivíduos

A partir da constatação de que os humanos e muitas outras espécies exibem uma preferência fundamental pela vida em grupos, nasceu a sociobiologia. Essa especialidade da biologia praticamente surgiu com o entomólogo norte-americano Edward O. Wilson, que, ao estudar as formigas, descreveu sua sociedade e os fatores que a regiam. O estudo com os insetos o levou a ponderar que o comportamento animal – o que inclui os humanos – estaria sujeito a uma abordagem evolutiva.

Desde o lançamento da ideia, ela encheu e ainda enche milhões de páginas, recheadas de argumentos e contra-argumentos cujo cerne é a discussão sobre a dualidade do comportamento humano. Muitos, como o inglês Alfred Wallace (1823-1913), coautor da teoria da seleção natural, defendiam que a evolução não é soberana quando se trata da mente dos humanos. Wallace acreditava que a mente era imune à evolução e melhor se encaixava nas incertezas associadas à religião, uma visão que ainda agrada muito aos fundamentalistas religiosos contemporâneos.

Em contrapartida, alguns comportamentalistas que se dedicam à ciência política têm visões bem mais radicais quando consideram as características dos humanos no contexto social. Os norte-americanos John R. Alford e John R. Hibbing, por exemplo, propuseram em 2004, em *Perspectives on Politics*, v. 2(4), p. 707, sua teoria da *wary cooperation* – ‘cooperação contida’, ou ‘cautelosa’, ou ‘com reservas’, em tradução livre. Em essência, essa visão afirma que a política tem raízes genéticas e que, portanto, se presta à dialética evolutiva.

A cooperação contida, segundo Alford e Hibbing, se concentra na questão polêmica do altruísmo e do egoísmo. Essa questão é importante porque, para muitos evolucionistas, entre eles os biólogos ingleses Thomas H. Huxley (1825-1895) e Richard Dawkins, grandes ‘apóstolos’ – no passado e no presente – de Charles Darwin, a evolução seria incompatível com o altruísmo. Esses biólogos concordavam com o economista Thomas Malthus (1766-1834), também inglês, para quem, em nossa sociedade, não cabia o assis-

tencialismo (ou seja, os humanos não seriam altruístas). O próprio Darwin era bem mais moderado com relação a esse assunto.

Alford e Hibbing propõem a cooperação contida como um meio termo entre o altruísmo e o egoísmo, com base em seis regras gerais que se aplicariam, segundo eles, a todos os grupos sociais, desde que os humanos eram caçadores e coletores. Eles devem: cooperar entre si (dentro do grupo); não apoiar membros de outros grupos; punir ou banir membros não cooperativos; estimular os outros membros, por meio de normas, instituições ou códigos morais, para que aceitem as três primeiras regras; estar sempre vigilantes ao *status*, às recompensas e à reputação com relação aos demais membros do grupo; e parar de cooperar se a falta de cooperação de outros membros do grupo ficar impune.

Em conclusão, os dois autores afirmam que os humanos são cooperativos, mas não altruístas; também são competitivos, mas não exclusivamente, e muito sensíveis a ações egoístas por parte dos outros indivíduos. Sua teoria é bastante elaborada, além de apoiada em dados que percorrem desde a psicologia até a genética. Curiosamente, Alford e Hibbing afirmam que, entre as consequências da cooperação contida, estariam fortes correlações entre as atitudes políticas e a genética, com o adendo de que a predisposição humana ao conservadorismo seria geneticamente herdada.

Será que somos assim? Nosso cérebro teria evoluído para isso? Talvez. Em junho último, foi lançado o livro *Pensando grande: como a vida social moldou a mente humana*, de Robin Dunbar, Clive Gamble e John Gowlett. Os autores apresentam a hipótese do cérebro social: a de que nosso cérebro avantajado evoluiu não para desempenhar as funções intelectuais de que tanto nos orgulhamos, e sim para lidar com a complexidade das interações sociais, as crenças e as intenções dos outros. Em síntese com a política, traduzida por intrincadas redes de acordos, coalizões e relações sociais em geral. Se tudo isso for verdade, os livros de genética do futuro deverão ter um capítulo reservado para a política. **CH**

FRANKLIN RUMJANEK

Instituto de Bioquímica Médica, Universidade Federal do Rio de Janeiro
franklin@bioqmed.ufrj.br